PAULO JOSÉ CUNHA

Jornalista, professor e escritor

Está ruim, mas sempre pode piorar

O resultado do primeiro turno da eleição é apenas estarrecedor, sobretudo pelo perfil lamentável dos recém-eleitos, a indigência moral, intelectual e mental deles. Alguns com votações recordes, como é o caso desse Nicolas Ferreira, para ficar num único exemplo.

O que torna o quadro mais assustador é que ainda falta a cereja do bolo, que pode vir com o resultado do segundo turno de alguns governos estaduais mas, sobretudo, para a presidência da república. Que Lula não é santo nem infalível já se sabe há muito tempo. Mas igualmente sabe-se que sua biografia não carrega manchas de corrupção, até porque as únicas acusações, entre elas as do famoso sítio, ficaram lá por Atibaia mesmo, foram fartamente desmentidas. E olha que ironia: o juiz Sérgio Moro, que pilotou toda a farsa da tristemente famosa Operação Lava-jato que causou a prisão de Lula por mais de 500 dias, acaba de ser eleito... governador do Paraná!

O eleitorado brasileiro foi tratado - e reagiu! - como boiada, simplesmente obedecendo de olhos fechados às indicações eleitorais dadas pelos líderes da ultra-direita. Um exemplo simples, mas muito expressivo: no chão em frente a uma escola onde funcionou uma seção eleitoral aqui em Brasília recolhi na manhã da segunda-feira pós-eleição, um santinhoque trazia, de um lado, uma foto do ex-presidente Jair Bolsonaro, com o ar solene de quem escuta o hino nacional, tendo ao fundo uma bandeira brasileira. Na outra face, uma lista de números dos candidatos. Números. Apenas números. Nenhuma foto. Nenhum nome. Nenhuma informação adicional. Nada. Como se dissesse: estão aí os números dos candidatos. Vai lá, vota, não faz perguntas e não enche o saco, p...!

Impressiona fortemente a maioria expressiva de votos dados a Flávio Bolsonaro, demonstrando com o resultado que o caminhão de provas de corrupção, desde as rachadinhas até o envolvimento no caso Master, incluindo-se aí os milhões movimentados com o filme-hagiográfico Dark Horse, nem arranharam sua imagem.

A guinada eleitoral deste outubro foi abertamente em direção à... EXTREMA-direita!, com tudo o que ela tem de mais idiota e maligno. E afirmo isso com a experiência de quem vem cobrindo política desde os anos 70, plena ditadura militar. Mas os direitistas daquela época eram razoavelmente alfabetizados. Dava para trocar ideias com eles. Ideias! Chega a dar saudades de um Jarbas Passarinho, coronel e um dos subscritores do famigerado AI-5. Pois era possível conversar com ele, trocar ideias de forma civilizada.

De volta ao tema inicial. Um dos principais problemas gerados pela polarização política em que estamos mergulhados é a cegueira ideológica, ou seja, a impossibilidade de reconhecimento de qualquer virtude no "outro lado", o que traz como efeito subsequente a anulação do raciocínio, que impede a simples aceitação do óbvio. A polarização traz como outros efeitos a substituição da palavra "adversário" por "inimigo" político. A confiança nas instituições desaba, ainda mais quando se convive hoje com uma crise brutal num dos pilares da democracia, o poder judiciário. É aí que a democracia é usada para destruir a própria...democracia! O diálogo fenece. A preocupação com políticas públicas se extingue, substituída pelo simplório "farinha pouca, meu pirão primeiro".

A "endireitização" que a última eleição trouxe à representação parlamentar e o grande número de governos estaduais traz também como consequência a ausência de "accountability", ou seja, a obrigação de prestar contas dos atos praticados e a auto-responsabilização por eles, além da necessidade de agir com total transparência. Sem falar nos efeitos econômicos, com a retração de investimentos num ambiente de permanente instabilidade institucional.

A maioria que a ultra-direita bolsonarista obteve no Senado oferece todas as condições para um abalo sísmico sem precedentes, com a abertura de processos contra ministros do supremo, para ficar num único exemplo. Ou seja: o pior não está por vir: o pior já chegou. Daqui pra frente vale o velho dito popular: quem for podre que se quebre.

DANIEL BIJOS FAIDIGA

Advogado especializado em Planejamento Patrimonial e Sucessório

Três frases que estão custando caro ao patrimônio das famílias

O cliente chegou com a estrutura pronta. Tinha doado em parcelas anuais para os três filhos, mantido cada uma abaixo do limite de isenção e queria apenas uma revisão de rotina por recomendação de um conhecido. Explicou o raciocínio com segurança: tinha visto, tinha conferido, tinha feito. O problema não era o que ele havia feito. Era o que ninguém lhe disse que precisaria ser verdade para aquilo funcionar.

Nenhuma das frases que circulam sobre o assunto nasceu da ignorância. Todas vieram de teses corretas, defendidas por bons profissionais em contextos específicos, encurtadas até caber numa tela de celular. O que se perdeu no encurtamento foi sempre a mesma coisa: a condição.

Vale registrar o que há de bom nisso. Até pouco tempo, o Brasil tratava o tema como coisa suspeita ou privilégio de fortunas. Hoje um produtor rural pergunta sobre ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações) antes de ser perguntado. Quando reunimos, num livro sobre as bases do planejamento patrimonial, as objeções que mais ouvimos em atendimento, o padrão era o mesmo: a frase estava certa na origem e errada na boca de quem a repetia.

"Mude de país e você para de pagar imposto no Brasil." A saída fiscal é ato declaratório — Declaração de Saída Definitiva, art. 16 da Lei 9.250/1995 e IN RFB 208/2002. Mas o critério que a Receita aplica é substantivo: moradia, família no cotidiano, atividade econômica principal, presença efetiva. Protocolo não muda centro de vida. E a mudança real resolve menos do que se imagina: a Lei 14.754/2023 encerrou o diferimento de lucros de offshores, e a LC 227/2026 deu base legal expressa ao ITCMD sobre transmissões com elemento no exterior — a lei cuja falta levara o Supremo Tribunal Federal, no Tema 825, a vedar a cobrança.

"Coloque tudo na holding e você economiza imposto." A conta funcionou enquanto a comparação era de tributos de PJ contra 27,5% na pessoa física. Com IBS e CBS, ela precisa ser refeita caso a caso: a alíquota combinada sobe, o sistema admite créditos, e a carga final passa a depender das despesas da estrutura e até da escolha de fornecedores — quem está no Simples não gera crédito. Holding continua sendo uma boa ferramenta. Deixou de ser resposta.

"VGBL [Vida Gerador de Benefício Livre] não paga ITCMD". Esta é a única das cinco que está certa. O Supremo decidiu, no RE 1.363.013, em dezembro de 2024, ser inconstitucional a incidência de ITCMD no repasse de VGBL e PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) aos beneficiários, e a LC 227/2026 excluiu da incidência os planos de natureza securitária. É por isso que ficou mais perigosa: quem ouve "não paga ITCMD" entende "não tem custo". Tem. Desde janeiro incide IOF de 5% sobre aportes anuais acima de R$ 600 mil por CPF, e o imposto de renda sobre os rendimentos permanece. E a exclusão é condicionada à natureza securitária: aporte único e vultoso às vésperas do óbito segue atacável. É instrumento de liquidez, não estratégia principal.

A notícia é melhor do que parece. A maior parte das decisões tomadas com base nessas e em outras frases é corrigível, e a correção preventiva custa uma fração da forçada.

Das estruturas que revisamos nos últimos dois anos, a maioria apresentava alguma inadequação com risco fiscal: ausência de realidade econômica, contratos "de padaria", distribuição desproporcional de lucros que era doação. A maioria nem agiu de má-fé: todas seguiram um conselho que, no ano em que foi dado, fazia sentido.

O importante, portanto, é conhecer e se aprofundar. Foi com essa visão que escrevemos o livro "Bases do Planejamento Patrimonial e Sucessório". Queremos trazer a informação que as redes sociais não trazem, para famílias, empresários e seus assessores.

MARIA INÊS VASCONCELOS

Advogada

A democracia incompleta: Onde estão as mulheres?

O empreendedorismo feminino é prova da dimensão econômica relevante, e quem não enxerga que a mulher é produtora e não meramente destinatária na nação precisa ajustar as lentes . A mulher brasileira ocupa um lugar de distinção, representa 45,7% dos trabalhadores registrados. Além disso , um em cada dois empregos formais é ocupado por uma mulher; o que as torna simplesmente metade da força formal de trabalho. Sem considerar que essa proporção parece ainda maior no trabalho informal. Os indicadores de participação econômica são realmente contundentes.

Na política, a participação feminina passou de 33,8% nas eleições gerais de 2022 para 34,8% em 2026. As mulheres personificam 34,8% das candidaturas registradas para as eleições de 2026, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). São 7.134 candidaturas de mulheres e 13.362 de homens, em um universo de 20.496 registros apresentados para os cargos de presidente, governador, senador, deputado federal, deputado estadual e deputado distrital, além de vices e suplentes.

Nesse percurso , fica evidente que não somos meramente espectadoras, mas agentes econômicas e produtivas. O que faz deslocar o lugar de mera beneficiária de políticas públicas, mas reconhecidas como agente econômico, como alguém que produz, trabalha, empreende, emprega, investe, consome, paga impostos, cria riqueza e participa das decisões econômicas e políticas.

Vale destacar, que a renda feminina movimenta famílias, comércios e serviços. Tirar as mulheres do mercado de trabalho ou impedir que elas avancem profissionalmente significa desperdiçar capacidade produtiva. É um tiro no pé na economia.

Há uma mudança de foco. Historicamente, parlamentos e governos com forte presença de mulheres tendem a priorizar orçamentos e leis voltados para a primeira infância, saúde pública, educação de base e combate à violência doméstica.

A tendência de colocar a mulher no centro das agendas sociais é confortável e muitas vezes intencional - mas há que se ter cuidado . Essas agendas também podem reduzir e de certa forma ; alienar, dominar e afastar a mulher do centro da economia, da iniciativa privada e do próprio desenvolvimento nacional ; de um lugar de verdadeira autoridade.

A objetivação da mulher a mantém num tipo de subjugação e mascara realidades. Muito além do voto, a autonomia econômica é uma indicação de liberdade. A conjugação dessa combinação sequencial: mulher, trabalho, renda e PIB nos leva a um lugar importante às vésperas da eleição. A democracia precisa ser pensada também a partir da autonomia econômica das mulheres. Isso muda o olhar sobre ela: de beneficiária para protagonista. A democratização do poder econômico muda a identidade social da mulher.

Hoje, de cada um emprego, o outro é de mulher, porque ela tem participação expressiva no PIB e na população em si. Existe uma mudança de paradigma e uma importância democrática enorme, uma consciência que precisa ser lapidada às vésperas da eleição.